

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE ANALISTA LEGISLATIVO
ATRIBUIÇÕES: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E
CONSULTOR LEGISLATIVO E NO CARGO DE TÉCNICO LEGISLATIVO
ATRIBUIÇÃO: AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA



PROVA DISCURSIVA P₃

Analista Legislativo - Atribuição: Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA

CANDIDATO AUSENTE ☐ SIM

DISSERTAÇÃO

1/4

1 A Lei nº 12.462/2011 instituiu o Regime Diferenciado das Contratações
2 Públicas (RDC) e o Registro de Preços Nacional (RPN), instrumentos que
3 permitiram inovações relativas às contratações públicas e a serem reali-
4 zados pela administração pública.
5 O RDC é um regime que pode ser usado em determinadas situações
6 citadas pela lei. Uma dessas situações ocorreu em 2013, trata-se
7 da Copa dos Confederações, torneio de futebol realizado em algumas cidades do país.
8 As contratações de obras e serviços relacionados à Copa dos Confederações puderam
9 ser feitos pelo RDC.
10 Outra situação é a Copa do Mundo de futebol, a qual será realizada
11 em 2014 em doze cidades do Brasil. Segundo a Lei, as contratações de
12 obras e serviços relacionados à Copa do Mundo que ocorrem nas cidades re-
13 de ou em cidades localizadas até 350 (trezentos e cinquenta) quilômetros de
14 distância de uma das cidades sede poderão ser realizadas sob as condições do
15 RDC.
16 Uma alteração da Lei ampliou as possibilidades de utilização do RDC
17 que passou a abranger os serviços relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS),
18 bem como obras e serviços relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento
19 (PAC).
20 Destaca-se que a Lei original do RDC já previa desde o início a possibili-
21 de sua utilização nos Jogos Olímpicos de 2016, evento que será realizado no Rio
22 de Janeiro em Janeiro.
23 O RDC possui diversos objetivos, dentre os quais destacam-se: permitir
24 maior eficiência nas contratações da administração pública; selecionar a pro-
25 posta mais vantajosa; contribuir para o desenvolvimento nacional; ampliar a con-
26 corência e a competitividade nos certames licitatórios; dar mais trans-
27 parência ao processo de aquisições.
28 O aumento objetivo da eficiência é atingido devido à simpli-
29 ficação de procedimentos burocráticos, a exemplo da possibilidade de a adminis-
30 tração retirar os documentos necessários para a habilitação das empresas direti-



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE ANALISTA LEGISLATIVO
ATRIBUIÇÕES: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E
CONSULTOR LEGISLATIVO E NO CARGO DE TÉCNICO LEGISLATIVO
ATRIBUIÇÃO: AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA



PROVA DISCURSIVA P

Analista Legislativo - Atribuição: Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA

CANDIDATO AUSENTE

☐ SIM

DISSERTAÇÃO

2/4

31 mente de sistema informatizado.

32 O objetivo ~~comum~~ da ampliação da concorrência e da competitividade pode
33 ser alcançado pelo fato que, sendo um instrumento mais rápido, objetivo e me-
34 nos burocrático, há um incentivo para que um número maior de empresas parti-
35 cipe do certame.

36 A Lei ~~cria~~ n.º 12.462/2011 criou também o RPN, que é instrumento que per-
37 mite o criado para registrar os preços de determinados itens em âmbito nacional.
38 O funcionamento do Registro de Preços Nacional ocorre a partir do levantamento das
39 necessidades dos órgãos. No caso do FNDE, este realiza o levantamento das neces-
40 sidades dos órgãos relacionados à ed área de educação, em todo o Brasil. Em re-
41 quida, é feito o processo de cotação dos melhores preços praticados para cada
42 item, de forma a se obter um registro final que facilite as aquisições futuras.

43 Um dos objetivos do RPN é ~~padronizar os itens adquiridos agilizar o~~
44 ~~processo de aquisições, tendo em vista que~~ conseguir realizar as aquisições por
45 um preço menor, tendo em vista que, devido ao levantamento nacional, a quan-
46 tidade de cada item será maior, fato que levará os fornecedores a cotarem
47 um preço menor, pois o lucro será alcançado na venda de grandes quanti-
48 dades.

49 O RPN trouxe vantagens para a administração pública, dentre as quais po-
50 dem ser citadas: planejamento prévio e consolidado das necessidades reais dos
51 órgãos, de forma que a ~~utilização~~ utilização dos recursos, que são escas-
52 sos, possa ocorrer para atender as prioridades dos órgãos; padronização dos
53 materiais adquiridos, fato que permite que, independente da região, o mate-
54 rial terá a ~~mesma~~ mesma qualidade, ~~independentemente~~ e está será assegurada
55 por um processo realizado em âmbito nacional.

56 Outra vantagem do RPN é que o processo de aquisição torna-se menos
57 burocrático. Na Lei n.º 8.666/1993, o tempo decorrido entre a identificação da
58 necessidade do órgão e a ~~de~~ o recebimento efetivo do material pode fazer com
59 que este já não mais atenda às necessidades. Com o RPN, como o registro de
60 preços já existe e foi construído tendo como base as necessidades previamente



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE ANALISTA LEGISLATIVO
ATRIBUIÇÕES: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E
CONSULTOR LEGISLATIVO E NO CARGO DE TÉCNICO LEGISLATIVO
ATRIBUIÇÃO: AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA



PROVA DISCURSIVA P

Analista Legislativo - Atribuição: Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA

CANDIDATO AUSENTE

☐ SIM

DISSERTAÇÃO

3/4

61 identificadas o intervalo o processo formal para a aquisição e entrega do bem
62 é simplificado, pois parte da ~~burocracia~~ dos procedimentos burocráticos já
63 foram realizados.
64 Ainda como vantagem do RDC, destaca-se o maior controle que pode ser
65 feito sobre o processo, tanto o controle interno, realizado pelo próprio órgão, co-
66 mo o controle externo, realizado pelo Congresso Nacional, com o auxílio
67 do Tribunal de Contas da União. Por ser um instrumento nacional, é possí-
68 vel que o controle seja executado ~~em~~ por meio do ~~seu~~ menor uso de
69 recursos pessoais e financeiros.
70 Ressalta-se também como vantagem do RPN a transparência e a faci-
71 lidade de acesso às informações. ~~Se cada~~ Se cada órgão ^{realizar} ~~realizar~~ o proces-
72 so de levantamento e registro de preços de forma individualizada, haverá
73 uma quantidade maior de procedimentos e de registros, de forma que o ace-
74 so às informações restará prejudicado, bem como o controle social será inviá-
75 vel, além de que o controle ~~realizado~~ acompanhamento dos órgãos de controle re-
76 neirá por amostragem, ~~deixando de acompanhar~~ fazendo com que parte do processo
77 fique sujeito a falhas que não serão identificadas.
78 A tempestividade no atendimento ~~dos~~ das demandas mostra-se co-
79 mo importante vantagem do RPN, pois os órgãos poderão receber os produtos ad-
80 quiridos com base no RPN em um tempo reduzido, o que contribuirá com
81 a efetividade dos serviços públicos prestados pelos órgãos.
82 A adoção do RPN pode ser considerada uma inovação em gestão pú-
83 blica por diversas razões, dentre as quais podem ser citadas: realização de
84 planejamento nacional das necessidades dos órgãos envolvidos; existência de um
85 registro com os melhores preços dos produtos redimensionados, bem como dos empre-
86 sos que se comprometeram a fornecer os produtos de acordo com as condições
87 exigidas; exigidas.
88 Ainda com relação as razões que justificam a adoção do RPN, ~~ele~~ pode-
89 se destacar: ~~maior~~ permite um conhecimento estratégico do ~~At~~ ministério responsá-
90 vel pela área; possibilita o atendimento tempestivo das demandas; libera o corpo téc-



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE ANALISTA LEGISLATIVO
ATRIBUIÇÕES: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E
CONSULTOR LEGISLATIVO E NO CARGO DE TÉCNICO LEGISLATIVO
ATRIBUIÇÃO: AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA



PROVA DISCURSIVA P₃

Analista Legislativo – Atribuição: Consultor do Orçamento e Fiscalização Financeira

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA

CANDIDATO AUSENTE ☐ SIM

DISSERTAÇÃO

4/4

91	co dos órgãos para que se dediquem dediquem a melhorar a eficiência
92	de dos serviços prestados.
93	O conhecimento estratégico por parte do ministério das demandas dos
94	órgãos de cada lugar do país permite que se o ministério avalie o planejamen
95	to para os anos seguintes, e pois haverá um atrito de detalhamento das re
96	giões mais carentes, as quais poderão receber maior atenção.
97	Enquanto isso, como o procedimento é menos burocrático e mais célere,
98	possibilita que os agentes políticos técnicos e relacionados à atividade-fim dos
99	órgãos empenhem-se em encontrar solução soluções que privilegiem a
100	efetividade das políticas públicas, melhorando de fato as condições de vida
101	da população, com a entrega de um serviço público de qualidade.
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

